

ANA MARGARIDA  
ARRUDA\*

**Particularidades, especificidades  
e regularidades na Idade do Ferro  
do Sul de Portugal:  
Aproximação a um modelo  
explicativo**

1. INTRODUÇÃO

Sintetizar os conhecimentos que possuímos sobre a Proto-História do Sul de Portugal à luz dos dados arqueológicos existentes é o objectivo deste trabalho, respondendo, assim, positivamente ao convite que a organização deste colóquio entendeu endereçar-me para que sobre este tema me pronunciasse. Devo confessar que a proposta foi aceite com alguma apreensão. As limitações são muitas quando pretendemos analisar globalmente, num âmbito cronológico de quase um milénio, uma região que sendo muito vasta não parece ter exercido sobre os investigadores um interesse equivalente àquele que conhecemos, por exemplo, para o Noroeste. A informação disponível é fragmentária, dizendo respeito a áreas geográficas restritas. Os dados existentes, que como já referimos não são abundantes, resultam, na sua grande maioria, de trabalhos arqueológicos realizados pela geração dos pioneiros (Frei Manuel do Cenáculo, Estácio da Veiga, Santos Rocha, Abel Viana, Leite de Vasconcelos, Vergílio Correia).

As escavações recentes rareiam e muitas delas encontram-se inéditas ou estão deficientemente publicadas. Permitiram, no entanto, a obtenção de dados em Castro Verde, em Ourique, na região de Santa Eulália, nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal (com uma particular incidência no vale do Tejo e no Baixo Sado respectivamente) e ainda em alguns sítios do Algarve. Entre outras áreas que forneceram alguma informação que parece importante reter deve citar-se ainda a margem esquerda do Guadiana, concretamente os Concelhos de Moura e Serpa.

O volume de dados existentes para o estudo da Proto-História do Sul de Portugal é pois relativamente escasso, mas a informação disponível

\* Investigadora do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, P. 1699 Lisboa Codex.

permite análises e interpretações que podem conduzir à elaboração de um quadro relativamente coerente e suficientemente credível. Muito recentemente, fui autora de um texto de síntese sobre esta matéria, onde se enumeraram os sítios, se avaliaram as situações e se equacionaram os dados. Tracei então um possível quadro evolutivo para a Idade do Ferro do Sul de Portugal (Arruda, 1993b). Nesse estudo teve-se também uma particular atenção na definição de áreas regionais concretas, diferenciadas entre si por tipos distintos de povoamento e de rituais funerários, assim como de culturas materiais diversas. Num texto posterior, este em colaboração (Arruda, Guerra e Fabião, 1995), reflectiu-se sobre esta mesma problemática, aduzindo-se novos elementos ao problema, concretamente os que se relacionam com a epigrafia e com a língua.

Poucos são os dados arqueológicos realmente novos entretanto divulgados. No entanto, os mesmos dados podem possibilitar novas interpretações, tudo dependendo da perspectiva com que os abordamos.

É pois uma outra análise dos mesmos dados que apresentamos hoje aqui. Não contrariando nem limitando as anteriores leituras, antes as amplia e completa.

## 2. A REALIDADE ARQUEOLÓGICA

A Idade do Ferro no Sul do território português apresenta uma enorme riqueza e diversidade cultural, tendo-se desenvolvido ao longo de todo o 1º milénio a.C., e em toda essa vasta área, uma grande variedade de ocupações humanas que se apresentam de maneiras distintas, tanto ao nível da cultura material, como na forma de povoamento e ritual funerário.

Os dados disponíveis permitem-nos sistematizar alguns aspectos dessas ocupações e também equacionar alguns problemas relativos à periodização.

Um conjunto de povoados sidéricos de características orientalizantes é facilmente individualizado no litoral sul do actual território português. Este povoamento, que pode conectar-se directamente com as navegações de comerciantes fenícios para a região atlântica, terá tido o seu início a partir do século VIII a.C., conforme comprovam as datações obtidas para os níveis mais antigos da Alcáçova de Santarém (Arruda, 1993a) e para os da Quinta do Almaraz-Almada (Barros, 1994).

Localizados quase sempre nos estuários dos grandes rios, são povoados cujo espólio recolhido se filia culturalmente na área do Mediterrâneo Oriental.

Como exemplos deste povoamento podemos citar: Castelo de Castro Marim, na foz do Guadiana; Cerro da Rocha Branca (Silves), no baixo

vale do rio Arade; Castelo de Alcácer do Sal, Abul e área urbana de Setúbal, no estuário do Sado; Almada (Quinta do Almaraz), Cacilhas (área urbana e povoado da Pedrada), Amadora (Moinho da Atalaia), Oeiras (Outurela), Lisboa (área urbana) e Santarém (Alcáçova), no estuário e baixo vale do Tejo.

Os materiais arqueológicos recolhidos nestes sítios (entre outros: cerâmicas de engobe vermelho; cerâmicas pintadas em bandas; cerâmicas de superfícies cinzentas polidas; ânforas; fíbulas) são o resultado de um contacto permanente com o Mediterrâneo Oriental (directo ou, mais provavelmente, através dos assentamentos fenícios da região do estreito de Gibraltar).

Este «orientalismo», patente nos materiais arqueológicos é também perceptível na assimilação de determinados rituais funerários, sendo as necrópoles importantes referências para o estudo desta fase da Idade do Ferro em Portugal. O «orientalismo» das necrópoles do litoral (Fonte Santa, Cômoros da Portela, Galeado, Almogreve, Gaio, Alcácer do Sal) e em parte das do interior alentejano (região de Ourique) está bem patente nos seus espólios. Também a prática da cremação, que, numa primeira fase, ainda coexiste com as inumações, por exemplo em Ourique (Beirão, 1986), é aqui praticada, tal como nas necrópoles que correspondem aos povoados indígenas orientalizantes espanhóis e às colónias fenícias do Mediterrâneo Central e da actual Espanha entre os séculos VIII e VII a.C.

Uma outra realidade cultural, aparentemente síncrona, pode ser observada também na área em análise, mas na região interior.

Cerâmicas, fíbulas e outros bronzes, datáveis do século VII/VI a.C., e encontrados em povoados do Alentejo interior, como Segóvia (Elvas), Vaiamonte (Monforte), Azougada, Ratinhos (Moura) encontram a sua origem e filiação no centro da Europa, concretamente em Halstatt (Gamito, 1988).

As cerâmicas fabricadas ao torno, com decoração estampilhada com motivos geométricos, associadas a cerâmicas fabricadas manualmente, decoradas com cordões plásticos, apareceram no Castro de Segóvia em contextos que foram datados do século VII/VI a.C. (*Ibid.*). Os materiais, de filiação indo-europeia, concretamente halstática, parecem ter chegado à região alentejana via Meseta. Assim, nesta região a introdução da técnica da redução do ferro parece ter ficado a dever-se a populações de origem continental, uma vez que os contextos onde apareceram os referidos materiais continham já abundantes escórias deste metal.

No entanto, convém lembrar que estes povoados do Alentejo interior apresentam também influências orientais evidentes. Com uma ocupação iniciada, muito provavelmente, no Bronze Final, os povoados do Concelho de Moura (Azougada, Safarejo, Ratinhos) e do NE alentejano (Segóvia e Vaiamonte), cuja cultura material é, como já dissemos, maioritaria-

mente de feição continental, apresentam também elementos que podemos associar ao mundo orientalizante tartéssico. É o caso de algumas cerâmicas de engobe vermelho, de um fragmento de «braseiro», de *obe-loi* (*ibid.*), de um *smiting god* (Gomes, 1983) e de uma placa de bronze decorada com duplo centauro recortado provenientes da Azougada.

A continentalidade da I Idade do Ferro desta região é também perceptível no tesouro da Herdade do Álamo (Moura), onde o colar, datável do século VII a.C., apresenta elementos decorativos incisos, de tradição halstática, ou seja continentais (Heleno, 1935).

Durante a 1ª metade do I milénio a.C., são pois duas as realidades arqueológicas com que nos deparamos nesta região. Estas duas 1ªs Idades do Ferro são diferenciadas pela diversidade que as suas culturas materiais apresentam. Estas diferenças parecem ter origem no tipo de influências que recebem, continentais uma, orientais outra. Apesar de se localizarem numa mesma ampla região a interioridade e a litoralidade das suas localizações geográficas específicas justificaram, talvez estas duas filiações culturais, que também traduzem as maneiras distintas como as sociedades do Bronze Final assimilaram as novas tecnologias introduzidas pelo comércio a longa distância.

Mas a diversidade que a Idade do Ferro do actual território português apresenta não se esgota nos seus momentos iniciais, acentuando-se, pelo contrário, as especificidades regionais no decorrer da 2ª metade do I milénio a.C., como é facilmente perceptível se analisarmos os dados arqueológicos respeitantes ao período que decorre entre o século V a.C. e o início da conquista romana.

As escavações arqueológicas que nos últimos anos decorreram em sítios, que cronologicamente se situam nesta época, evidenciaram realidades materiais muito diversas entre si.

A maioria dos sítios que apresentaram durante a primeira metade do I milénio a.C. uma Idade do Ferro «orientalizante», mantiveram até aos alvares da romanização uma cultura material aparentemente leste mediterrânica.

As cerâmicas pintadas em bandas policromas, as cerâmicas cobertas por engobe vermelho, as cerâmicas cinzentas finas polidas mantêm-se em níveis dos séculos V, IV, III e até II a.C. no Castelo de Alcácer do Sal (Silva *et al.*, 1980-81) e na Alcáçova de Santarém (Arruda, 1993a). Este «conservadorismo» foi igualmente verificado recentemente nas escavações do Claustro da Sé, em Lisboa.

Outros sítios, um localizado no estuário do Tejo, margem direita – Outurela (Oeiras) (Cardoso, 1990) e outro mais no interior da Penínsu-

la de Lisboa – Moinho da Atalaia (Amadora) (Pinto e Parreira, 1978) mostraram também níveis orientalizantes do século V a.C.

Os espólios encontrados não deixam dúvidas sobre a sua filiação cultural. Detectam-se fíbulas anulares hispânicas do século V a.C., cerâmicas cinzentas finas polidas, e cerâmica pintada em bandas policromas, sendo mais rara a cerâmica de engobe vermelho. No Moinho da Atalaia estão presentes também duas ânforas de clara procedência mediterrânica e uma conta de colar de pasta vítrea oculada (*ibid.*).

Parece pois evidente que em determinadas áreas litorais portuguesas, especialmente nas bacias dos grandes rios da costa ocidental, Sado, Tejo, existiu um povoamento sidérico de características orientalizantes durante a chamada II Idade do Ferro, sendo pois possível comprovar que a continuidade cultural é aqui uma realidade concreta.

Assim, nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal, onde teriam habitado, segundo as fontes clássicas, povos pré-celtas, mas de origem indoeuropeia, concretamente os *Cempsí* e os *Saefes*, não é visível, nos povoados «orientalizantes» da I Idade do Ferro, mesmo depois do século V a.C., uma qualquer «celtização», ou pelo menos ela não é perceptível através do registo arqueológico, dado encontrarem-se completamente ausentes destes sítios os espólios arqueológicos que melhor a caracterizam: as cerâmicas estampilhadas e determinadas armas.

A excepção à situação descrita existe no entanto. Uma influência continental é visível nalgum espólio da II fase da necrópole do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal, ou seja no momento em que o ritual funerário se modifica (Correia, 1928; Schüle, 1969). As incinerações deixam de ser efectuadas *in situ* para passarem a ter lugar *em ustrina*, com deposição das cinzas em urna. Esta fase contém, no entanto, também várias importações mediterrânicas. Não podemos deixar aqui de ter em consideração que as escavações realizadas no povoado correspondente a esta necrópole, o Castelo de Alcácer do Sal, não deixaram ver qualquer influência indo-europeia, tendo a totalidade dos níveis da Idade do Ferro, mesmo aqueles que poderíamos associar à II fase da necrópole, apresentado um espólio de características orientalizantes (Silva *et al.*, 1980-1).

Paralelamente a esta situação, existem ainda, na área litoral do Sul do actual território português, alguns sítios arqueológicos em que cerâmica associada ao mundo continental, a cerâmica estampilhada, está presente.

Na Península de Lisboa, a Gruta da Nascente do rio Almonda ofereceu materiais cerâmicos deste tipo, que no entanto, não estão devidamente enquadrados em qualquer contexto arqueológico seguro (Paço, Vaultier e Zbyszewski, 1947).

Na Península de Setúbal, em área muito próxima do mar, o Castro de Chibanês (Palmela), no estuário do Sado (Costa, 1910), e a Lapa do

Fumo-Sesimbra (Arnaud e Gamito, 1974/77) apresentaram também cerâmicas estampilladas.

Apesar da ausência de contexto arqueológico para os espólios «celtízantes» de Chibanes e da Lapa do Fumo, o que dificulta a atribuição de uma cronologia válida para estes materiais, é evidente que se afigura problemático encontrarmos na mesma região, foz do Sado, e porventura na mesma época, século III a.C., povoados cuja cultura material apresenta características e filiações diversas dos restantes registrados na área.

Uma outra situação, ou seja uma outra realidade cultural, foi detectada, no mesmo momento cronológico, nos povoados do Algarve (Castro Marim e Cerro da Rocha Branca). Com uma primeira ocupação que pode considerar-se de «orientalizante», têm nessa fase muitas semelhanças com os povoados tartéssicos localizados a Oriente do Guadiana, nomeadamente Huelva, mas também com os da fachada ocidental portuguesa (Arruda, 1992; Gomes, 1993).

No entanto, a partir da segunda metade do século V a.C., a sua cultura material sofre alterações profundas, distanciando-se agora dos restantes povoados costeiros portugueses.

Não se verifica aqui a situação de sobrevivência de formas e esquemas decorativos cerâmicos detectada nos povoados dos estuários do Sado e Tejo, que como já vimos mantêm uma tradição orientalizante. Tudo indica que a região algarvia sofre a mesma evolução que ocorre na área tartéssica, que a partir de meados do século V a.C. entra numa fase habitualmente denominada fase Turdetana.

A cerâmica chamada ibérica é extremamente abundante de um lado e de outro do Guadiana, enquanto as importações se diversificam, diversificando-se também, naturalmente, os contactos comerciais e culturais.

A cerâmica ática é uma presença relativamente abundante, verificando-se tanto no século V como no século IV a.C. que os vasos gregos de Huelva e de Castro Marim são pintados pelos mesmos pintores.

As formas da cerâmica ática de verniz negro são também as mesmas e a existência de um comércio com o Norte de África, concretamente com Marrocos (Kouass), está documentado em ambos os sítios, pela presença de cerâmicas daí importadas.

Parece pois evidente que o Algarve litoral, tal como no século VIII a VI a.C. se incluía na área tartéssica, mantém-se, a partir de meados do século V e até ao século II a.C., integrado numa ampla região a que poderemos chamar Turdetânia. Aliás, este mesmo facto pode inferir-se de uma citação de Estrabão onde se lê: «também podem juntar-se a ela [Turdetânia] os Bastetanos (...) assim como as cidades que ocupam o outro lado do Anas...» (Estrabão, III, 2, 1).

Nesta região e no período que agora nos ocupa (desde o século V a.C. à conquista romana) não são evidentes quaisquer vestígios de celtização e de continentalidade.

Diferente da «evolução na continuidade» verificada nos povoados da Idade do Ferro da costa ocidental, os povoados do Algarve litoral têm a sua História própria, diferenciando-se pois, desde já, duas áreas culturais distintas, com percursos que, se inicialmente se assemelhavam, se diferenciaram a partir de meados do século V a.C.

Estes povoados, sobretudo o do Castelo de Castro Marim, têm nesta época profundas renovações urbanas, sendo construídas novas habitações, ainda rectangulares, mas com uma maior área interna e registando-se alterações no sistema defensivo.

Os dados disponíveis parecem portanto indicar que as regiões meridionais acompanharam mais de perto as transformações políticas que abalaram o Mediterrâneo Central e Oriental a partir da 2ª metade do primeiro milénio a.C. Pelo contrário, a fachada ocidental da Península, região bem mais periférica que a periferia que a totalidade da Península Ibérica sempre constituiu, vai manter ao longo de quase um milénio as mesmas formas e decorações cerâmicas.

Uma terceira área regional deve ser ainda analisada.

Desde já gostaríamos de recordar que no concelho de Moura (Baixo Alentejo), tal como na área de Santa Eulália, vários são os sítios cujos materiais da primeira fase da Idade do Ferro evidenciam filiações culturais na área centro-europeia, concretamente Halstática. O Tesouro do Álamo, datado do século VII a.C. (Heleno, 1947), as cerâmicas com decorações plásticas, o fragmento de asa de sítula e a roda do carro votivo do Castro da Azougada (Gamito, 1988) são claros exemplos dessa influência.

O Baixo Alentejo não constitui uma região culturalmente uniforme, parecendo que os territórios a Oriente do Guadiana assumem especificidades culturais próprias de uma «I Idade do Ferro continental», apesar da existência de alguns materiais que se integram no mundo tartéssico orientalizante (*thymiateria*, «braseiro», etc.). Os sítios do concelho de Moura parecem assim afastar-se da restante região baixo-alentejana.

Aqui, muito concretamente na região de Ourique - Baixo Alentejo, parece, numa primeira leitura, que a uma primeira Idade do Ferro de características orientalizantes, registada nos séculos VII/VI a.C., se segue, a partir do século V a.C., outra, de componente continental.

Contudo, se analisarmos devidamente os dados disponíveis, não encontramos nesta região um povoamento sidérico de características estritamente orientalizantes.

Não conhecemos realmente povoados que possam considerar-se de âmbito fenício/oriental. O povoamento, que só aparentemente corresponde às necrópoles com materiais importados do Oriente, não mostrou espólios que geralmente se associam a esse mundo.

Os sítios de *habitat* desta região acompanham, *grosso modo*, o curso do rio Mira, implantando-se nas suas *raquettes*, sendo sistematicamente desprezadas as cotas mais altas. Não possuindo condições naturais de defesa, o seu domínio visual não vai além das áreas próximas. Não estão rodeadas por quaisquer estruturas de carácter defensivo. Os terrenos circundantes são propícios à prática da agricultura, sobretudo as pequenas áreas entre os meandros do rio. Deve ainda insistir-se na riqueza em cobre desta região.

O povoado de Fernão Vaz apresenta 90% de cerâmicas fabricadas manualmente e apenas um fragmento de prato de cerâmica de engobe vermelho (Beirão, 1986). Parece pois que a filiação oriental atribuída a este povoado é algo precipitada, tendo, talvez por fundamento, não o espólio recolhido na área habitada, mas os materiais encontrados na necrópole próxima, que se pensa, talvez abusivamente, ser coeva do povoado. O aparecimento de cerâmicas áticas da segunda metade do século V e do século IV a.C. no povoado de Fernão Vaz (Arruda, 1991) e a sua completa ausência na necrópole, onde os materiais são cronologicamente mais recuados, contraria de algum modo a hipótese da contemporaneidade de ambos os sítios, sempre apresentada como certeza, e é a prova que o povoado está ainda ocupado durante os séculos V e IV a.C.

De qualquer modo, mesmo admitindo que o povoado e a necrópole possam ter coexistido, pelo menos num determinado momento, a implantação, as reduzidas dimensões da área habitada e as suas características gerais não sugerem, de forma nenhuma, um povoamento de tipo orientalizante.

Outro povoado escavado mais recentemente na mesma região, concretamente o do Porto das Lages (Correia, 1988-89), mesmo apresentando escassos materiais e estando as estruturas habitacionais muito destruídas, foi datado do século VI/V a.C. (*ibid.*). Esta datação parece-me extremamente recuada. Uma data centrada nos séculos IV/III a.C. seria talvez mais razoável. No entanto, confesso que esta proposta não essenta em qualquer dado absoluto, sendo apenas devida à "impressão" que me deixou o "aspecto" tardio do conjunto do espólio publicado.

A manutenção das mesmas características formais na organização das necrópoles não demonstra também uma ruptura total com a Idade do Bronze. Apenas a prática da cremação e alguns objectos encontrados nestas necrópoles indiciam contactos, que nunca poderiam ser directos, com o mundo mediterrânico.

Assim, penso que os povoados da região de Ourique formam um conjunto regional muito específico, com fortes tradições locais que remontam à Idade do Bronze e cujos habitantes devem ter-se dedicado, do ponto de vista económico, à exploração dos abundantes recursos em cobre.

O conjunto destes sítios pode corresponder a uma unidade socio-política concreta, talvez baseada em laços de consanguinidade. Alguns elementos do grupo, assumindo funções de chefia, eram socialmente superiores.

O contacto destes povoados, durante a I Idade do Ferro, com as áreas ribeirinhas foi, muito provavelmente, efectuado através do curso do rio Mira, sendo importante recordar que na foz deste rio são conhecidas duas necrópoles orientalizantes – Galeado e Almogreve. Aquele rio correspondia à «estrada» que permitia, por um lado, escoar o cobre para o litoral e, por outro, transportar, para a região de Ourique, os objectos orientais encontrados nas necrópoles.

Como vimos através da presença da cerâmica ática, estes povoados mantêm-se habitados durante os séculos V e IV a.C. Não é contudo aqui visível uma qualquer «celtização» não se verificando nos povoados da área qualquer ruptura, nem ao nível da cultura material, nem ao nível do povoamento.

Um tipo de povoamento com características semelhantes aos da região de Ourique parece ser visível noutra região do Baixo Alentejo, igualmente rica em jazidas de cobre. É o caso dos povoados e necrópoles de Neves Corvo - Castro Verde (Maia, 1985-86).

Também aqui, os contactos com o mundo oriental se detectam sobretudo nas necrópoles. Igualmente está comprovado que os povoados, implantados em colinas de cota baixa e de área reduzida, estão em plena actividade nos séculos V e IV a.C. As cerâmicas áticas, que permitiram estabelecer esta cronologia, indicam que as relações comerciais com o litoral, neste caso via Guadiana, são uma realidade, não sendo, tal como em Ourique, muito evidentes as relações com o mundo continental durante esta época.

Mas um povoamento com características continentais durante a II Idade do Ferro regista-se em outras regiões do Baixo Alentejo, concretamente nos concelhos de Almodôvar, Serpa e Beja. São sítios cuja ocupação se iniciou apenas neste momento (século V/IV a.C.), uma vez que não parece confirmar-se que o povoado das Mesas do Castelinho tenha níveis do Bronze Final.

São povoados implantados em colinas de cota elevada, possuindo boas condições naturais de defesa e protegidos por espessas muralhas. Localizam-se em regiões de relativa riqueza agrícola.

A sua influência continental está documentada através de vários elementos, nomeadamente cerâmicas e bronzes, mas a presença de cerâmi-

cas áticas, se bem que em número reduzido, e a cerâmica chamada ibérica, mostram que os contactos com o litoral não esmoreceram.

Estão ocupados até ao período romano, muitos deles mesmo até mesmo à época imperial.

Os sítios de Ourique e de Castro Verde parecem ser abandonados justamente na altura em que os grandes povoados de Almodôvar, Beja e Serpa iniciam a sua ocupação apesar de ser evidente a coexistência de ambos os tipos de povoamento, pelo menos durante a fase terminal dos primeiros e a fase inicial dos últimos.

No Alto, mas também no Baixo Alentejo, sobretudo numa linha que segue, *grosso modo*, o curso do Guadiana, já vimos como a influência continental cedo se fez sentir, tendo-se definido, a partir do século VII/VI a.C., uma «I Idade do Ferro continental». Os elementos orientalizantes encontrados nestes povoados, concretamente nos do Concelho de Moura, são relativamente escassos e devem sobretudo relacionar-se com contactos com o Norte da Andaluzia e Estremadura espanhola e nunca directamente com as colónias fenícias ocidentais.

Os povoados onde esta fase se registou, por exemplo Segóvia e Vaia-monte (alto Alentejo) e Azougada e Safarejo (Baixo Alentejo), mantêm-se, a partir do século V/IV a.c., ocupados, sem que se note qualquer processo de retracção da área habitada. A cultura material mantém a mesma filiação da registrada na fase anterior, ou seja indo-europeia, sendo abundante a cerâmica estampilhada. Regista pois, neste caso, uma clara continuidade cultural.

Outros povoados alto e baixo-alentejanos tais como Safara (Arronches), Baldio (Arronches), Castelo Velho de Veiros (Estremoz), Castelo de Serpa (Serpa), Cerro Furado (Baleizão, Beja), Monte Montel (Entradas, Castro Verde), Mesas do Castelinho (Almodôvar) ofereceram cerâmicas estampilhadas (Arnaud e Gamito, 1974/77). Este facto confirma uma vez mais a existência de uma II Idade do Ferro continental no Alentejo, notando-se a sua concentração na região NE.

Gostaria de recordar agora que o Nordeste alentejano é justamente uma das áreas do *conventus Pacensis* onde a epigrafia latina regista uma antroponímia de ascendência indo-europeia (Encarnação, 1984). Esta situação, que tem vindo a ser explicada como o resultado de deslocação de populações ocorrida na época romano-republicana (*Ibid.*; Alarcão, 1985) pode talvez ter raízes mais antigas, concretamente na 1ª fase da Idade do Ferro, como foi recentemente sugerido (Arruda *et al.*, 1995).

Também o Alentejo litoral regista uma II Idade do Ferro continental. As cerâmicas estampilhadas estão presentes no povoado da Pedra da Atalaia (Silva, 1978) e em Miróbriga - Santiago do Cacém (Soares e Silva, 1979). Convém, contudo, referir que os níveis pré-romanos de Miróbriga

forneceram também espólios de clara importação meridional, concretamente ânforas e pratos de peixe rigorosamente semelhantes aos encontrados nos povoados algarvios e baixo-andaluzes (Arruda, 1993b).

Assim, estão de algum modo confirmadas as referências dos textos clássicos sobre a ocupação do território entre o Tejo e o Guadiana por povos célticos (Estrabão III, 1.6). No entanto, essa «celtização» tem de ser encarada com as reservas necessárias e sobretudo não pode ser considerada, como já vimos, abrangente a toda essa região.

### 3. PARTICULARIDADES, ESPECIFICIDADES E REGULARIDADES NA IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL: APROXIMAÇÃO A UM MODELO EXPLICATIVO

O povoamento proto-histórico do Sul de Portugal é, como vimos, muito diversificado do ponto de vista da cultura material, diversificação essa que se deve relacionar preferencialmente com áreas regionais específicas e, naturalmente, com distintos recursos naturais e tradições culturais próprias.

Os dados atrás expostos mostram claramente que houve pelo menos duas primeiras Idades do Ferro, uma «de influência continental» e outra «de influência oriental», localizadas em áreas distintas: interior e litoral respectivamente. Estas corresponderam, naturalmente, a áreas regionais concretas que se diferenciam por tradições culturais diversas, localizações distintas, e, também, pelas diferentes formas que assumiram os seus contactos com as populações exógenas. Os recursos naturais são evidentemente outros, como igualmente diferem o processo comercial a longa distância e as transacções inter-regionais.

Pelo menos quatro diferentes padrões de *habitat* e três culturas materiais distintas foram descritas nas páginas anteriores, para o período que decorre entre o século V a.C. e o domínio romano, ou seja para aquilo que tradicionalmente se chama a II Idade do Ferro.

As realidades que descrevi inscrevem-se pois em áreas regionais particulares, que correspondem a distintas «áreas culturais». Estas podem talvez corresponder a diferentes «unidades políticas» que, tendo-se gizado no Bronze Final, se consolidam durante a Idade do Ferro. Estas «unidades políticas», correspondendo talvez a diversas entidades étnicas, organizavam-se em redor de territórios, cujos recursos naturais obrigavam a vocações económicas diferenciadas, mas complementares. O que significa que a sobrevivência de uma estava muitas vezes dependente da outra. Por exemplo, o comércio do cobre alentejano levado a efeito pelos povoados litorais estava condicionado às condições de extracção desse metal conduzido pelos *habitats* do interior. Os contactos entre ambos

eram pois estreitos e frequentes, explicando-se, assim, o aparecimento nas distintas regiões de materiais arqueológicos supra-regionais, quase sempre de origem mediterrânica.

Em trabalhos anteriores (Arruda, 1993a; 1993b), apresentei já hipóteses sobre a possível organização política destas "unidades regionais", parecendo-me evidente que um dos povoados que englobavam assumir-se-ia como "Lugar Central", encontrando-se os restantes na sua dependência política. Neste "Lugar Central", que funcionaria como "capital" política e administrativa, residiriam as *elites* sociais que eram responsáveis pela organização da exploração dos recursos e pelo desenvolvimento do processo comercial.

A análise e a reflexão sobre estes dados levou-me a procurar um modelo teórico suficientemente lógico que permitisse enquadrar a realidade em análise. Assim, a coexistência, no Sul de Portugal, de várias entidades culturais distintas, mas em permanente contacto, gerando-se mesmo relações de dependência mútua pode, em nosso entender, aproximar-se, em muitos aspectos, da realidade estudada por I. Hodder (1982) no lago Baringo, no Quênia. Nesta região africana, três grupos étnicos, partilhando o mesmo território, apresentando estruturas económicas e sociais semelhantes, mantêm entre si numerosos contactos sócio-económicos, verificando-se mesmo casamentos inter-étnicos frequentes. No entanto, as fronteiras étnicas estão bem marcadas, nomeadamente nalguns aspectos da cultura material.

Assim, pode pensar-se que, no Sul de Portugal, durante a Proto-História, aquilo a que chamámos «unidades regionais» e/ou «unidades políticas» podem efectivamente também corresponder a diferentes entidades étnicas que se diferenciam na cultura material, mas aqui também, nas estruturas económicas e sociais, o que, em nosso entender, dá ainda mais força à proposta apresentada. As diferenças existentes entre sociedades de tipo tribal, como as do Lago Baringo, e as sociedades de tipo proto-estatal, como são as que certamente estão em presença no território actualmente português durante o I milénio a.C., são efectivamente imensas, mas a comparação não parece despropositada se ela incidir especificamente sobre o aspecto que concretamente aqui tratámos. E isto porque se, como nos transmitem as fontes clássicas, a diversidade da região estudada é uma diversidade étnica com Cinetes, Célticos, Túrdulos, Cempsos e Lusitanos, ela pode ser presumida na diversidade que os dados arqueológicos permitiram recolher.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1975), «La céramique commune locale et régionale». In Alarcão, J. e Etienne, R., *Fouilles de Conímbriga*. Paris: Mission Archéologique Française au Portugal/Museu Monográfico de Conímbriga, vol. 5.
- (1985), «Sobre a romanização do Alentejo e Algarve. A propósito de uma obra de José d'Encarnação». *Arqueologia*. Porto: GEAP, 11, p. 99-111.
- ARNAUD, J. M. e GAMITO, T. J. (1974/77), Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. I. - Cabeça de Vaimonte - Monforte. O Arqueólogo Português. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 7-9, pp. 165-202.
- ARRUDA, A. M. (1991), Panorama das importações gregas em Portugal. In Actas do simposio «Iberos y griegos». Ampúrias (1991) - No prelo.
- (1992), A cerâmica ática do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica. Trabalho de síntese apresentado ao INIC para discussão na prova de habilitação prevista no artigo 6 do Decreto Lei 68/88 de 3 de Março. Edição policopiada. 220 pp.
- (1993a), A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. Estudos Orientais (Actas do colóquio: Os Fenícios no território português). Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, 4, pp. 193-214.
- (1993b), A Idade do Ferro do Centro/Sul. In Medina, J. (Dir.), História de Portugal. Amadora: Ediclube, vol. 2, pp. 45-68.
- ARRUDA, A. M.; GUERRA, A. e FABIÃO, C (1995), O que é a II Idade do Ferro no Sul de Portugal? Trabalhos de Antropologia e Etnologia (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 35 (2), pp. 237-257.
- BARROS, L. B. V. (1994), Presença da vinha no povoado de Almaraz. Comunicação apresentada ao Congresso «O vinho, a História e a cultura popular».
- BEIRÃO, C. M. (1986), Une civilisation protohistorique du Sud du Portugal (1<sup>ère</sup> âge du Fer). Paris: Diffusion de Bocard.
- CARDOSO, J. L. (1990), A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. Estudos Orientais (Actas do colóquio: Os Fenícios no território português). Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, 1, pp. 119-134.
- CORREIA, V. (1928), Escavações realizadas na necrópole pré-romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. O Instituto. Coimbra, 75, pp. 190-201.
- CORREIA, V. H. (1988-89), A estação da Idade do Ferro do Porto das Lages (Ourique, Beja). Portugália. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9-11, 81-92.
- COSTA, A. I. M. (1910), Estações prehistoricas dos arredores de Setúbal. Apêndice. Homem protohistorico. Idades do Bronze e do Ferro no Castro de Chibanes. O Archeologo Portugues. Lisboa: Imprensa Nacional, 15, pp. 55-83.
- COSTA, J. M. (1974), O tesouro púnico-tartéssico do Gaio (Sines). In Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 97-120.

- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984), Incrições romanas do conventus Pacensis. Coimbra: Instituto de Arqueologia.
- GAMITO, T. J. (1988), Social complexity in Southwest Iberia (800-300 B.C.). The case of Tartessos. BAR, International Series. Oxford, 439.
- GOMES, M. V. (1983), El «smiting god» de Azougada (Moura). Trabajos de Prehistoria. Madrid: CSIC, 40, 199-220.
- HELENO, M. (1935), Jóias pré-romanas. Ethnos. Lisboa, 1, pp. 229-257.
- HODDER, I. (1982), Symbols in action. Ethnoarchaeological studies of material culture. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAIA, M. G. P. (1985-6), Neves II e a «facies» cultural de Neves-Corvo. Arquivo de Beja (Actas do 1º Encontro de Arqueologia da região de Beja). Beja: Câmara Municipal de Beja, 2-3, pp. 23-42.
- PAÇO, A., VAULTIER, M. e ZBYZEWSKI, G. (1947), Gruta da nascente do rio Almonda, Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correa. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 12, pp. 185-187.
- PINTO, C. V. e PARREIRA, R. (1978), Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro inicial a Norte do estuário do Tejo. In Actas das III Jornadas Arqueológicas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 147-162.
- SCHÜLLE, W. (1969), Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel. Madrider Forschungen. Berlin: Deutsches Archäologisches Institut, 3.
- SILVA, C. T. (1978), A Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém). Setúbal Arqueológica. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, 4, pp. 117-132.
- SILVA, C. T. [et al.] (1980-81), Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal. Setúbal Arqueológica. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, 6-7, pp. 149-218.
- SOARES, J. e SILVA, C. T. (1979), Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). Setúbal Arqueológica. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal/Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, 5, pp. 159-184.
- VEIGA, S. P. M. E. (1891), Antiguidades monumentaes do Algarve. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 4.